



- Transposição da Directiva dos Equipamentos de Rádio (RED)

- Decreto-Lei nº 57/2017, de 9 de Junho -

“Guide to the Radio Equipment Directive 2014/53/EU” (Version of 19th May 2017)

A partir de **13 de Junho de 2017** só podem ser colocados no mercado europeu equipamentos de rádio conformes com requisitos da Directiva RED (Decreto-Lei nº 57/2017). No entanto, podem ser disponibilizados no mercado ou colocados em serviço os equipamentos de rádio conformes com o Decreto-Lei n.º 192/2000 (Directiva RTT&E) que tenham sido colocados no mercado até essa data.

ANEXOs (zip):

- Decreto-Lei nº 57/2017, de 9 de Junho;
- Directiva 2014/53/EU; - Lista de Normas Harmonizadas (2017 C 149_02);
- *Guide to the Radio Equipment Directive 2014/53/EU*

1. Directiva RED - Aplicação a partir de 13 de Junho de 2017

Foi publicado no Diário da República de 9 de Junho de 2017 e entrou em vigor no dia seguinte, 10 de Junho, o Decreto-Lei nº 57/2017, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva dos Equipamentos de Rádio - RED (*Radio Equipment Directive*) – Directiva nº 2014/53/EU, que estabelece o regime da disponibilização no mercado, da colocação em serviço e da utilização de equipamentos de rádio.

A transposição da Directiva RED ocorre com um ano de atraso em relação à data estabelecida e praticamente um ano após a consulta pública efectuada pelo Governo, no site da ANACOM, quanto a um projecto de decreto-lei para a sua transposição, em relação ao qual auscultámos as empresas associadas.

A Directiva RED veio revogar a Directiva RTT&E (Directiva 1999/5/CE), relativa aos equipamentos de rádio e terminais de telecomunicações, que fora transposta pelo Decreto-Lei nº 192/2000, de 18 de Agosto, agora por sua vez revogado pelo Decreto-Lei nº 57/2017.

Entre 13 de Junho de 2016 e 13 de Junho de 2017 foi permitida a colocação de equipamentos de rádio no mercado europeu, conformes ou com os requisitos da Directiva RTT&E (revogada) ou com os requisitos da actual Directiva RED.

Agora, desde **13 de Junho de 2017** só podem ser colocados no mercado equipamentos de rádio conformes com requisitos da Directiva RED, ou seja, conformes com o Decreto-Lei nº 57/2017. Não obstante, ***“podem ser disponibilizados no mercado ou colocados em serviço os equipamentos de rádio conformes com o Decreto-Lei n.º 192/2000 (Directiva RTT&E) que tenham sido colocados no mercado até 13 de Junho de 2017.”***



A partir de 12 de Junho de 2018, haverá tipos de equipamentos de rádio – ainda a definir – que estarão sujeitos, antes da sua colocação no mercado europeu, a um registo central a criar pela Comissão Europeia. O fabricante deverá fornecer para o efeito toda ou parte da documentação técnica, cabendo à Comissão Europeia atribuir a cada tipo de registo um número de registo que o fabricante deverá apor nos equipamentos de rádio colocados no mercado.

2. Novas responsabilidades para os operadores económicos

Tal como sucedeu com a Directiva da Baixa Tensão e a da Compatibilidade Electromagnética, também **esta (nova) Directiva RED e o presente Decreto-Lei resultam** em primeira instância **do alinhamento da Directiva RTT&E com o novo quadro legislativo comum para a comercialização de produtos**. Lembramos que este quadro legislativo é constituído pelo Regulamento (CE) n.º 765/2008 e pela Decisão n.º 768/2008, cuja aplicação efectiva no ordenamento jurídico nacional foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 23/2011, de 11 de Fevereiro.

Nessa medida, existe **continuidade entre os regimes do RTT&E e da Directiva RED**, agora com a definição dos deveres específicos para os operadores económicos que resultam daquele alinhamento, com o propósito de assegurar que das obrigações de **fabricantes, mandatários, importadores e distribuidores**, apenas seja disponibilizado no mercado equipamento de rádio conforme com os requisitos legais.

Importa salientar que a lei deixa de se referir às condições para “colocação no mercado” para estabelecer, claramente, que **“só podem ser disponibilizados no mercado os equipamentos de rádio que cumpram o disposto no presente decreto-lei”**. Para além da responsabilidade do próprio fabricante quando da colocação no mercado (que é a primeira disponibilização no mercado), todos os outros operadores económicos intervenientes na cadeia de comercialização dos produtos passaram a ter **responsabilidades acrescidas**. Sugerimos por isso a maior atenção às obrigações de fabricantes, importadores e distribuidores, que constam dos artigos 11º e seguintes do presente decreto-lei.

3. RTT&E vs RED: - diferenças de âmbito. Normas Harmonizadas e dificuldades na transição entre regimes.

Porém, não obstante a continuidade entre os regimes RTT&E e RED, **a Directiva RED incorpora diferenças face à anterior**, tanto ao nível do âmbito como dos requisitos essenciais, **das quais resultou a necessidade de revisão integral da Lista de Normas Harmonizadas aplicáveis**, situação que não ocorreu quanto à revisão da Directiva da Baixa Tensão nem da Compatibilidade Electromagnética.



Quanto ao âmbito, em comparação com o âmbito da RTT&E, o âmbito da Directiva RED inclui:

- Equipamento de radiodeterminação;
- Receptores, incluindo receptores de radiodifusão (áudio e TV) e sistemas de posicionamento por satélite;
- Produtos de rádio que utilizam frequências (voluntariamente para transmissão ou recepção) inferiores a 9 kHz.

Em comparação com o âmbito da RTT&E-D, o âmbito da Directiva RED exclui:

- Equipamentos terminais de telecomunicações (excepto se tiverem também uma função de rádio). Com esta exclusão, o equipamento terminal de telecomunicações passou a estar no âmbito da Directiva da Compatibilidade Electromagnética e da Directiva do Material Eléctrico de Baixa tensão.
- *kits* de avaliação destinados a profissionais para ser utilizados apenas em instalações de investigação e desenvolvimento, para esses fins.

Sucedem que a revisão daquelas Normas Harmonizadas (*num total de 170 de acordo com o Programa de trabalhos da ETSI, sem contar com a listagem das normas relevantes de ECM e LVD para efeitos de RED*) se atrasou de tal forma que os fabricantes estão com dificuldades em utilizar as referências às normas e a *self-declaration* (módulo A do Anexo II) como procedimento de avaliação da conformidade, correndo por isso o risco de serem *empurrados* para a intervenção de organismos notificados (*third-party certification*) como condição para a colocação de produtos no mercado, processo que é significativamente mais caro e moroso.

Esta dificuldade é facilmente constatável se atentarmos nas datas de *Primeira Publicação* (extremamente recente) da maioria das normas constantes da mais actual Lista de Normas Harmonizadas publicada pela Comissão Europeia para execução da Directiva 2014/53/UE ([aqui](#)), que também remetemos em anexo.

A DIGITAL EUROPE tem vindo a instar a Comissão Europeia para a necessidade de ser concedido mais tempo de modo a que o resultado desta dessincronização das instituições não signifique tão só mais custos e burocracia para as empresas, tendo a AGEFE – que se mantém atenta ao evoluir da situação - alertado já vivamente, por duas vezes, o Governo português e a ANACOM, para a necessidade de se encontrar uma solução *européia* para o problema.



4. Regime sancionatório

Outro dos aspectos que merece atenção neste Decreto-Lei nº 57/2017 é o **regime sancionatório**, que é enformado, como se destaca no Preâmbulo, *“de acordo com o que decorre do regime quadro das contraordenações do sector das comunicações”*, circunstância que, por via da técnica legislativa utilizada, confere ao regime contraordenacional um relevo substancialmente maior do que aquele que vinha assumindo no regime anterior.

5. Guias de Aplicação

Por último, chamamos a atenção para o ***Guide to the Radio Equipment Directive 2014/53/EU - Version of 19th May 2017***, disponibilizado pela Comissão Europeia ([aqui](#) e em anexo) depois de intensa consulta sobre a matéria aos *stakeholders* europeus, e que, juntamente com o ***Guia Azul sobre a Aplicação das Regras da UE em matéria de Produtos*** ([aqui](#)), constitui a referência principal para a generalidade das questões e das dúvidas relativas à aplicação desta legislação.

Nota final – fazemos notar que se trata de um lapso evidente a referência que é feita ao Decreto-Lei nº 31/2017, de 22 de Março, no Artigo 2º, nº 2 e no Artigo 4º, nº 1, alínea a). A menção correcta é ao Decreto-Lei nº 21/2017, de 21 de Fevereiro, que transpõe a Directiva do Material Eléctrico de Baixa Tensão (Directiva nº 2014/35/UE) – ver Circular AGEFE nº 5/2017.

Com os nossos melhores cumprimentos.

José Valverde

Director Executivo